

**DOENÇA MENTAL DEGENERATIVA DE CÔNJUGE VIRAGO****EMENTA**

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA CÍVEL DA COMARCA DE ....., ESTADO DO ..... , brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosa e à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO DE INTERDIÇÃO em face de ....., brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de ....., portador (a) do CIRG n.º ..... e do CPF n.º ....., residente e domiciliado (a) na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade ....., Estado ....., pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. PRELIMINARMENTE O Requerente postula a Justiça Gratuita, tendo em vista ser miseravelmente pobre, face não possuir nenhum bem, percebendo a importância mensal de R\$ ....., conforme comprovante em anexo, pela função exercida como zelador, sendo que parte do valor acima é usado para aquisição de medicamentos, para si e sua esposa, inclusive enfermeira, considerando que o Requerente possui mais de ..... anos de idade. 1º - O Requerente casou-se com ....., em .... / ..... / ..... 2º - Na constância da união o casal possui .....(.....) filhos, abaixo: ..... DO MÉRITO DOS FATOS O Requerente, há aproximadamente .....(.....) anos possui procuração da esposa para representá-la em todos os atos que se fazem necessários, em virtude de seu estado de saúde. Referida procuração era renovada anualmente, para que o mesmo pudesse receber seu salário de aposentadoria por idade junto ao INSS, por exigência do referido órgão. Esclarece nesta oportunidade, que sua esposa esteve internada em casa hospitalar, por diversas vezes face seu estado de saúde agravado, visto que a mesma necessita de cuidados especiais, inclusive tendo que ser amarrada à cadeira e cama, para ser medicada e alimentada, consoante atestam os documentos inclusos. Em função do acima exposto, não teve mais condições de assinar a referida procuração. Ressalta-se, para melhor entendimento desse Juízo, que a esposa do ora Requerente, é portadora de uma moléstia denominada de gênero mental grave, com deterioração progressiva das funções cerebrais, de causa neurológica orgânica, com perda do contato com a realidade, perda do senso crítico, e desorientação completa e total dependência para as funções básicas. Trata-se de moléstia considerada irreversível para os atuais conhecimentos médicos e científicos, conforme atestado assinado pelo Médico Psiquiatra Dr. .... CRM ..... atestado médico declinado, dispensa "data vênica", uma exegese mais acentuada, face à inteligência e objetividade do exordiado, ficando claro a total dependência desta, para as atividades civis. Diante destas circunstâncias, inclusive prova documental e considerando ainda, que ora postulante, já é curador provisório da esposa, torna-se legítimo o pedido efetivado pelo esposo autor. DO DIREITO Ensina-nos o Ilustre Professor Darci Arruda Miranda: "A curatela destina-se a proteger pessoas maiores, privadas de discernimento, cujos pais faleceram ou foram suspensos ou destituídos do pátrio poder". "Decretada a interdição, fica o interdito sujeito à curatela, a qual se aplicam todas as disposições legais referentes à tutela, com as modificações dos artigos 454 a 458, diz o artigo 453". "Sofrendo o indivíduo de alienação mental que o inabilite para o exercício da atividade civil, não podendo, assim, reger sua pessoa e bens, deve-lhe ser cassada a livre administração e disposição de seus bens pela interdição". "Dispõe o artigo 1768 do Novo Código Civil Brasileiro, que a interdição pode ser promovida pelos pais ou tutores, pelo cônjuge ou qualquer parente e pelo Ministério Público". Pontes de Miranda entende que a expressão "parente próximo", deve ser interpretada estritamente, portanto circunscrita ao ascendente, descendente e irmão. DOS PEDIDOS Face ao amplamente evidenciado, onde ficou demonstrado de forma

inequívoca e até contundente, que o Requerente efetivou o presente pedido, amparado por todos os diplomas legais que disciplinam a matéria, REQUER À VOSSA EXA: a) - Que o presente pedido de Interdição e Curatela, seja julgado procedente e que tenha o abrigo da Justiça, ante os fatos articulados e document